

**HEBER ALESSANDRO DA COSTA RABELO**

**SUA RUA, MINHA CASA: ANÁLISE TERRITORIAL DOS  
MORADORES DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

**CCJE/IPPUR/FRJ  
2005**

**SUA RUA, MINHA CASA: ANÁLISE TERRITORIAL DOS MORADORES DE RUA  
NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

Heber Alessandro da Costa Rabelo

“Sua Rua, Minha Casa: Análise Territorial dos Moradores de Rua na Cidade do Rio de Janeiro.”

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, como parte dos requisitos necessários à conclusão do Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano.

Orientador: Prof. Dra. Luciana Correa do Lago  
Doutora em Planejamento Urbano/USP

Rio de Janeiro  
2005

Heber Alessandro da Costa Rabelo

Sua Rua, Minha Casa: Análise Territorial dos Moradores de Rua na Cidade do Rio de Janeiro.

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à conclusão do Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano.

Aprovado por:

Luizane Corrado Lago A<sup>+</sup>

---

Dedico esta obra a Deus, autor e consumidor da minha fé; a meus pais, meus maiores incentivadores; à minha noiva Rosanna pela dedicação, companheirismo e paciência e aos milhares de moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro.

## RESUMO

Tendo como pano de fundo a região central da cidade do Rio de Janeiro, o estudo em questão tem por finalidade abordar a problemática da população em situação de rua traçando seu perfil e suas estratégias de abrigo e permanência nas ruas, bem como a forma como são tratados perante uma política pública municipal centrada na “ordem urbana”.

Buscou-se entender a relação do trabalho informal exercido por essa população com as estratégias de sobrevivência e as formas de agregação dos grupos nos diversos pontos do centro da cidade.

A Cidade do Rio de Janeiro, que entrou na corrida por investimentos nacionais e estrangeiros a fim de se tornar uma cidade global atrativa e competitiva, adota uma política de privatização e controle dos espaços públicos baseada num discurso de ordem e progresso. O resultado são ações de “limpeza” das ruas e praças que combinam intervenções urbanísticas, novo mobiliário urbano e violência policial. Por outro lado, os altos índices de moradores de rua na cidade estão relacionados à ausência de uma política efetiva de acesso à terra, à moradia e ao trabalho. A partir desse enfoque, o trabalho visa identificar e avaliar as principais políticas públicas de “inclusão social” e de oferta de abrigo disponíveis na cidade e pensar em alternativas que permitam que essa classe desfrute de abrigo fora das ruas num contexto de cidades globalizadas.

## SUMÁRIO

Introdução.....	8	
Capítulo 1		
Rua e território, trabalho e sobrevivência: uma abordagem sócio-territorial dos moradores de rua no Rio de Janeiro .....		11
1.1 - Perfil Social.....	12	
1.2 - O Mundo do Trabalho.....	16	
1.3 - Distribuição Territorial e Formas de Abrigamento.....	19	
Capítulo 2		
As políticas urbanas de controle do espaço público nas cidades globais.		
O caso do Rio de Janeiro.....	24	
2.1 - Controle e Ordem Urbana.....	27	
2.2 - Políticas Públicas do Governo Municipal.....	30	
2.3 - Políticas Públicas do Governo do Estado.....	32	
2.4 - Belo Horizonte – O exemplo da ASMARE.....	33	
2.5 - São Paulo – O exemplo da Oficina Boracéia .....	35	
Referências Bibliográficas.....	38	
Anexos.....	40	

## INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro é tida como uma das mais atraentes e visitadas no Brasil. Possui uma herança histórica dos tempos em que foi a sede do império, passando à capital da República, palco da história nacional cujo processo de formação sócio-espacial se confunde com os próprios acontecimentos particulares da cidade.

O Rio de Janeiro durante décadas assistiu ao crescimento desordenado em direção ao subúrbio e à Zona Oeste da cidade. Tal processo é resultado da busca por moradia de uma parcela da população que não possuía poder aquisitivo suficiente para se estabelecer nas áreas centrais e por falta de uma política habitacional que atendesse essa demanda. Ocorre que atualmente vivemos um problema social grave na cidade. O número de áreas de ocupação irregular (favelas e loteamentos) cresce percentualmente acima da cidade formal como um todo (Censo Demográfico, 2000). Soma-se a isso a ausência de uma política efetiva de geração de emprego e renda e a falta de uma política habitacional que supra a demanda de moradia na cidade. Os programas sociais oferecidos pelo poder público não atendem a todas as necessidades da população, principalmente os de baixa renda. No entanto, é sabido que o contexto sócio-econômico atual não surgiu nas últimas décadas, mas foi fruto de um processo lento de urbanização e industrialização que teve seu início ainda no século XIX, passando pela era Passos, a era Vargas, o Desenvolvimentismo, a crise dos anos 80 e 90 até chegar aos nossos dias.

Nessa esfera de acontecimentos, a busca pela sobrevivência esteve sempre presente na vida daqueles que são desassistidos pelas políticas públicas de inclusão social ou que são vítimas de um sistema político-econômico segregador e injusto. A

saber, os palcos dos acontecimentos históricos do Brasil são também palcos diários da busca da sobrevivência de um segmento da população carioca: os moradores em situação de rua. Logo, o objeto de análise deste trabalho será os moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro.

Buscaremos identificar os pontos de concentração dessa população através de observação de campo e trabalhos relacionados que permitirão a apresentação de um mapa de localização dos grupos e fotografias.

O campo de trabalho ficará restrito ao Centro da cidade, área onde ocorre a maior concentração de população de rua do Rio de Janeiro. O trabalho visa identificar em quais pontos da área central da cidade eles se estabelecem e qual é a força de coesão entre esses grupos, ou seja, o que os mantém unidos. Por aquilo que já foi levantado bibliograficamente, (MARTINS, 1993; LIMA, 1994) podemos dizer que o elo familiar consangüíneos ou não, bem como a busca pela sobrevivência diária e o trabalho informal são fatores fortes de agregação.

A partir de uma análise do perfil desses moradores (quem são, de onde vem, idade e sexo) levantaremos questões importantes para a compreensão da vida na rua, tais como o porquê de estarem na rua e a forma de sustento. Essa análise é importante para sabermos de quem estamos falando, quem é o nosso foco. Dentro dessa problemática, a territorialidade, do ponto de vista conceitual, se apresenta como peça estruturante da análise (SOUZA, 1995).

O trabalho se completa com uma segunda questão a ser abordada e relacionada com o assunto acima, que se refere às políticas públicas de inclusão social e de monitoramento e controle do espaço público. Cabe aqui avaliar o que a prefeitura do Rio de Janeiro tem oferecido para dar suporte à população de rua, quais as formas de abrigamento e de acesso ao trabalho e renda.

Fica claro que estamos falando aqui de trabalhadores, formais ou informais, que usam as ruas como casa e abrigo após uma jornada diária de trabalho. Conhecer essa população e seus territórios é condição para se formular propostas que permitam a essas pessoas condições dignas de abrigo.

## CAPÍTULO 1

Rua e território, trabalho e sobrevivência: uma abordagem sócio-territorial dos moradores de rua no Rio de Janeiro.

O estigma do morador de rua na cidade do Rio de Janeiro mudou nos últimos anos. A cada dia cruzamos e “topamos” com mendigos, crianças e adolescentes de rua, famílias fazendo das ruas suas casas. Diante desse quadro, identifica-se um novo perfil de morador de rua, ou mesmo um “morador na rua”, que são trabalhadores do mercado formal ou informal, que usam as ruas e calçadas da cidade diariamente como moradia. Essa parcela da população carioca é fruto de uma crise econômica e social estabelecida no país onde o desemprego, aliado a uma política inconsistente de acesso à terra e à moradia, e onde os serviços públicos de transporte e assistência social são deficientes são fatores fundamentais para a construção desse quadro atual. A mudança do perfil do “esfarrapado alcoólatra” e do doente mental para o trabalhador sem teto é um fenômeno nacional que vem ocorrendo nas grandes metrópoles brasileiras. É um caso de exclusão extrema, que os especialistas chamam de “estratificação da pobreza”. É um grupo que desenvolve várias formas de trabalho nas ruas, desde catadores de latinha e papelão, entregadores de jornal, e ambulantes, até funcionários públicos (SMAS-2002). Vale aqui, antes de abordar a questão direta do trabalho, traçar o perfil desse segmento.

## 1.1 PERFIL SOCIAL

A partir de levantamentos bibliográficos e análise observacional em campo foi possível interpretar os dados e traçar o perfil social da população de rua na cidade do Rio de Janeiro. SILVA FILHO (1999), num estudo intitulado “Feios, Sujos e Malvados – Os “Sem Teto” e o Mundo do Trabalho na Rua”<sup>1</sup>, levanta através de uma pesquisa de campo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a dinâmica do trabalho atribuído a quem mora nas ruas e suas características sociais. Soma-se a este, informações da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, através de responsáveis e técnicos que contribuíram para o presente trabalho e da Organização Não Governamental Médicos sem Fronteiras que até o ano de 2004 desenvolvia na cidade um programa de atendimento médico à população de rua chamado Projeto Meio-Fio.

Sendo assim, podemos afirmar que a população de rua na cidade do Rio de Janeiro é constituída em sua maioria por homens negros ou pardos adultos (80%), em idade produtiva com média de 38 anos, que exerce algum tipo de trabalho formal ou informal. São trabalhadores em idade produtiva com instrução primária sem emprego, sem casa ou dinheiro para voltar para casa no fim do dia. Já freqüentaram a escola regular e possuem em média 4,5 anos de estudo, ou seja, aquém da média nacional que é de 5,3 anos de escolaridade (IBGE, 2005). São constituídos de pessoas nascidas ou criadas no estado e não por imigrantes rurais. Dos moradores em situação de rua no Centro da cidade, foi identificado que 60% têm alguma referência familiar (parente conhecido) e apenas uma pequena parte mendiga ou vive de ações criminosas. Dos trabalhadores, 42% vivem recolhendo material

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido pelo Departamento de Sociologia Urbana da UERJ, 1999.

reciclável, 13% como biscateiros, 9% como vendedores ambulantes e até funcionários públicos, garis, diaristas e operários da construção civil e indústria naval. Só 17% não têm ocupação definida (Ong MSF, 2002). Segundo Silva Filho (1999) 58% já tiveram carteira assinada, o que demonstra que muitos caíram do emprego formal direto para a rua. O panorama geral do objeto em questão se complementa a partir do quadro abaixo:

**QUADRO 1**  
**PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA POPULAÇÃO DE RUA DO RIO DE JANEIRO-RJ**  
1999-2005

---

- Idade Média de 38 anos. Metade tem mais de 36 anos. Só 22% têm menos de 18 anos.

---

- 80% não estudam, mas só 15% não são alfabetizados.

---

- 92% exercem alguma atividade no mercado informal de trabalho, principalmente como catadores de material reciclável, e 2% exercem atividade formal, entre eles funcionários públicos.

---

- 72% dormem nas ruas, e desse percentual, 25% não dormem todos os dias.

---

- Apenas 14% disseram que foram para as ruas por falta de moradia. A fome fica em quinto lugar entre as maiores preocupações.

---

- A maioria vem da Zona Oeste e Baixada Fluminense e se concentra no Centro e na orla da Zona Sul.

---

Fonte: Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Rio; Departamento de Sociologia Urbana da UERJ e Médicos Sem Fronteiras.

Os dados mostram a estreita relação que os moradores de rua têm ou já tiveram com o trabalho. Estes, quando abordados por policiais, representantes do poder público ou instituições que prestam serviço de ajuda, não admitem ser confundidos com mendigos ou vagabundos. Um fenômeno que ocorre nos grandes centros é a impossibilidade de retorno para casa após o dia de trabalho. O dinheiro ganho com os trabalhos na rua é insuficiente para pagar o transporte de volta para casa. Ocorre que muitas dessas pessoas preferem dormir nas ruas para guardar o dinheiro conquistado a voltar para casa. Quero lembrar que o universo do objeto em

questão é constituído de moradores que vivem nas ruas ou das ruas, e que possuem histórias peculiares. Logo, cada trajetória que culmina na rua e na informalidade interfere diretamente na condição na qual se encontra cada indivíduo. Portanto, esse universo é composto por uma gama de agentes que perpassa a mendicância, passando pelo trabalho, furtos, prostituição entre outras atividades. Cabe aqui diferenciar, segundo a literatura, os termos “mendigos” e “pedintes”.

Assim:

Como ‘mendigos’, define-se de modo geral as pessoas que supostamente perderam certos atributos sociais (não tem família nem casa), e por isso sobrevivem na rua, apresentando-se sujas e maltrapilhas, além de não trabalharem. Como ‘pedintes’ são classificados aqueles que, embora disponham de atributos sociais reconhecidos, enfrentam dificuldades para sobreviver, e portanto recorrem à ajuda de terceiros. Assim, a ‘mendicância’ é atribuída apenas ao mendigo, que dela sobrevive, enquanto o pedinte apenas minimiza sua penúria de bens materiais pela ajuda que consegue obter<sup>2</sup>.

Um dos pontos cruciais para o estabelecimento de uma política pública de atendimento à população de rua é saber o motivo pelo qual essas pessoas deixaram suas casas para viver nas ruas e dali tirar seu sustento. Numa cidade injusta como o Rio de Janeiro, entre outras capitais e grandes centros do país, muitos foram expulsos pelo desemprego. Outros, pelo preço dos imóveis, inclusive nas áreas de habitação subnormal (favelas), que crescem desordenadamente e acabam loteando seus barracos a preços cada vez mais altos, uma vez que existe uma dinâmica imobiliária intra-favela forte e atuante (ABRAMO, 2003). Outros são expulsos pela violência do tráfico. Porém, o índice maior de “fuga” para as ruas se caracteriza pelos problemas familiares, seguido pelo desemprego (Silva Filho-1999). Podemos aqui debater sobre as questões que envolvem um problema familiar, porém acredito que conflitos internos entre pais e filhos, bem como maus tratos aferidos sobre os

---

<sup>2</sup> NEVES, Delma Pessanha. Mendigo: O trabalhador que não deu certo, Ciência Hoje. São Paulo, SBPC, n.4, 1983.

filhos e a separação da mulher são alguns fatos contribuintes para a consolidação do problema. O Estado do Rio de Janeiro apresenta taxa de desemprego de 6,9% (IBGE, 2005), menor taxa entre as regiões metropolitanas do país. Porém, esses números ainda são insuficientes para transfigurar o panorama atual de desemprego que atinge uma grande parcela da população. Assim, o trabalho informal de ambulantes é notável no Centro e sub-centros da cidade, como nos bairros de Copacabana e Madureira. Dentro dessa parcela estão aqueles que dormem nas ruas e entram no montante estudado. Adiante, o quadro apresenta as causas de ida para rua em população de rua com mais de 18 anos.

QUADRO 2  
POPULAÇÃO DE RUA COM MAIS DE 18 ANOS  
SEGUNDO MOTIVO DE IDA PARA A RUA  
2002

MOTIVO	%
Ajudar a Família	0,5
Conseguir comida/dinheiro	9
Desemprego	16
Egresso Institucional	0,7
Opção de Trabalho	1,7
Opção Espontânea	6,7
Problema Familiar	36
Problema com Droga	0,7
Problema com Alcoolismo	3
Problema de Saúde	1,2
Problema Habitacional	4,5
Expulsão pelo Tráfico	1,5
Falta de Documentos	1,2
Falta de opção	0,7
Foragido	0,2
Desavença quanto à Religião	1
Não Respondeu	15,4
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

Fonte: Departamento de Sociologia Urbana-UERJ, 1999

O quadro acima resume as principais causas de ida para a rua por população respondente. Nota-se a família como eixo principal nessa temática. Tomo como princípio de argumentação a relação entre o trabalho e a família como unidade social fundamental, que permite a reprodução física e social do trabalhador. O então

afastamento gradativo do mercado de trabalho formal aumenta de forma proporcional o tempo de permanência na rua, que por sua vez, determina o rompimento de qualquer laço familiar ainda existente.

## 1.2 MUNDO DO TRABALHO

O número exato de moradores em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro é controvertido. Segundo a Organização Não Governamental Médicos Sem Fronteiras, durante o trabalho desenvolvido nas ruas do Centro da cidade no projeto de assistência médica e social à população de rua, identificou cerca de quinhentas pessoas nesta localidade. Já Dário de Souza e Silva Filho, diz que é uma população que não supera dez mil em todo estado. A capital concentra 70% dessa parcela e cerca de três mil migram entre os albergues e abrigos espalhados pela cidade (SILVA FILHO, 1999).

QUADRO 3  
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO  
DE RUA PELA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO  
2002

ÁREA	%
Centro	33,5
Zona Norte	27,3
Zona Sul	14,2
Zona oeste	3,4
São Gonçalo/Alcântara	0,2
Niterói	12,7
Caxias	1,8
São João de Meriti	1,3
Nilópolis	3
Nova Iguaçu	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

Fonte: Departamento de Sociologia Urbana-UERJ, 1999

O quadro acima demonstra que a maior incidência de moradores de rua na Região Metropolitana se concentra no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Esse fato é atribuído a uma série de questões ligadas ao modo como essa população se agrupa, a forma como tiram o sustento, ao trabalho e ao abrigo.

Nosso trabalho se restringe à área central da cidade, porém é imprescindível entender porque o Centro é catalisador dessa população. É a área com maior contingente e maior densidade de população de rua. Geograficamente menor e com mais opções de recurso de sobrevivência. É o lugar onde mais se concentram e são mais visíveis.

As possibilidades de trabalho e sustento são maiores no Centro, por ser o centro financeiro da cidade com grande afluxo de pessoas diariamente, fato que favorece também a mendicância. O uso do solo no Centro é diversificado e completo: serviços, comércios, instituições, restaurantes, agências bancárias e financeiras, teatros, museus e centros culturais, etc. Mostra, em conjunto com os números do Quadro 3, que a localização da população de rua não se verifica nas áreas mais pobres, e sim nas áreas de melhores recursos de sobrevivência. Os moradores de rua do Centro tiram partido das oportunidades de garantir a sobrevivência através de obtenção de alimentação gratuita, distribuída por bares e restaurantes, através de pequenos trabalhos ou bicos (Fotos 1 e 4), utilização de viadutos, abrigos e diversas marquises de lojas e prédios. Somam-se a isso, os aspectos culturais e históricos que são identificados em alguns pontos do Centro, como por exemplo, a Praça Tiradentes e a Lapa, que são conhecidos por concentrar casas de prostituição e botecos.

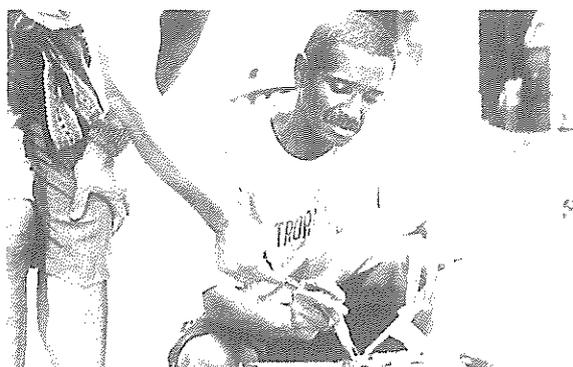
O território central favorece trabalho de recolhimento de material reciclável como latinhas de alumínio, papelão e papéis (Fotos 2, 3 e 5). Os números constatarem isso (42% dos moradores do Centro trabalham com recolhimento de material reciclável). O trabalho de coleta de papelão requer saber os pontos bem servidos desse tipo de material. O horário mais propício para a coleta é no fim da tarde e início da noite, quando o trabalho normal da cidade finaliza e o lixo de escritórios e

lojas está sendo colocado nas ruas. É preciso chegar antes do caminhão de coleta de lixo da Comlurb<sup>3</sup>. Os carrinhos são usados para armazenar e transportar o papelão adquirido, além de servir como “casa” para alguns trabalhadores (Martins, 1993). Desta forma o trabalho tem papel relevante na formação da identidade desse grupo. Segundo Mário Hélio Lima (1994), a principal fonte de renda é o papelão onde os depósitos destes se constituem como ponto fixo de referência espacial onde os grupos sociais são formados.

FOTO 2



FOTO 1



Diversas formas do trabalho na rua.  
Catadores e biscateiros.

FOTO 3



<sup>3</sup> Companhia Municipal de Limpeza Urbana. Rio de Janeiro-RJ.

Grosso modo, a população de rua em sua maioria, possui uma vida profissional fragmentada, desprovida de experiências profissionais específicas decorrentes de grande alternância de empregos e atividades. Não possuem condições necessárias para competir no mercado de trabalho.

FOTO 4

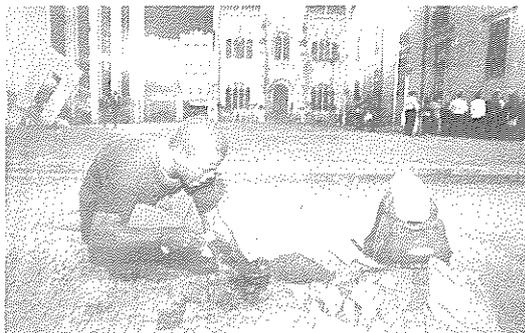


FOTO 5



### 1.3 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E FORMAS DE ABRIGAMENTO

De acordo com observação de campo e levantamento bibliográfico, foram identificadas em diferentes pontos do perímetro analisado concentrações diferentes de grupos de moradores de rua. Essa concentração forma uma poligonal fechada contendo as principais praças e avenidas da área central (Figura 1). A formação desses grupos respeita alguns padrões e regras de convívio e pertencimento, bem como a forma de estabelecimento e “abrigo” nas ruas. Ocorre o que chamamos de formação territorial ou territorialidade.

Território é fundamentalmente “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995). Daí se tem uma questão inseparável: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? O poder pertence a um grupo e existe enquanto o grupo se mantiver unido (Grupo Social). Ainda, “a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade” (SOUZA, 1995). Logo, todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território,

seja uma praça ocupada por moradores de rua, seja um bloco constituído por países membros de uma organização político-econômica.

Os grupos identificados no Centro da cidade são diversificados e heterogêneos. Foi possível observar grupos de homens e mulheres sós, famílias, crianças e adolescentes. O grupo mais significativo que compõe esse segmento é o de homens que vivem sós ou em grupos pequenos. Porém, grupos de homens e mulheres com crianças foram observados mostrando a presença de laços familiares (Foto 7). Este grupo possui perfil de permanência em lugares fixos de abrigo, diferente dos homens que possuem maior mobilidade. A busca pelo suprimento das necessidades diárias (comer, dormir, vestir) (Foto 6), ou seja, pela sobrevivência nas ruas, se constitui no objetivo principal dos grupos.

FOTO 6



FOTO 7



Num trabalho intitulado “Livres Acampamentos da Miséria”, Ana Lúcia Lucas Martins (1993) faz uma análise sobre as várias formas contemporâneas de “moradia de rua”. A autora desconstrói a imagem turva dessas aglomerações que ajudam a construir o espaço construído da cidade, olhando de perto as especificidades dessas “instalações”.

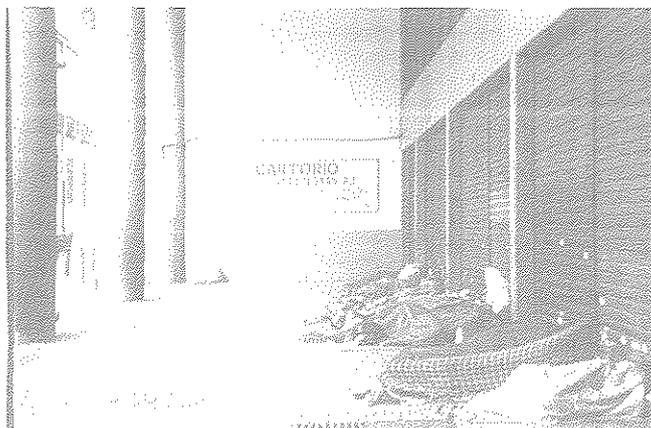
Os arranjos habitacionais dos moradores de rua foram abordados em três aspectos:

1. Construção sob viadutos;
2. "Instalações" em calçadas
3. Carroceiros

A autora mostra que os arranjos de moradia estão diretamente relacionados com o grau de solidez dos grupos sociais. Quanto mais estabelecidos, como o caso dos que se assentam sob viadutos, mais significativas são as redes de solidariedade. Quanto menor for a estabilidade da moradia assim também a solidez dos relacionamentos. Martins (1993) vai citar que os conflitos latentes são uma ameaça constante às relações de cooperação. Diz ainda que a quebra de regras e normas internas põe em risco a segurança de todo o grupo. Por outro lado, a coesão do grupo, uma forte e sólida rede de relações, é fundamental para a sobrevivência na rua. Do estudo, conclui-se que no caso dos grupos estabelecidos sob os viadutos, a organização familiar aparece como grupo social significativo e constituem redes de solidariedade. Vale lembrar que no período do estudo (1992), as aglomerações sob viadutos eram visíveis na cidade. A remoção desses grupos fez diminuir consideravelmente esse segmento. Já as instalações em calçadas são tentativas de ocupação do espaço em condições de extrema fragilidade. Essa fragilidade do seu aspecto físico e material traduz também relações sociais frágeis e fluidas. É uma população flutuante. E por fim, as pessoas que usam carroças (carrinhos) como suportes de moradia assumem o nomadismo como uma relação com o meio urbano. Esses conhecem bem as ruas e dominam seus trajetos. Usa seus carrinhos como forma de sustento e dormitório.

Outra forma comum de abrigo são as marquises dos prédios de serviços da cidade (Foto 8). Alguns possuem um grande passeio formado pela projeção dos pavimentos superiores ao térreo que está recuado da testada da rua. Estes projetos inicialmente faziam parte do Plano Agache. Esse tipo de ocupação é observado em trechos da Avenida Presidente Vargas, Avenida Almirante Barroso, Rua da Alfândega, em partes do Castelo, etc.

FOTO 8



Algumas praças abertas e vazios urbanos na área central também abrigam grupos de moradores de rua. Utilizam também esses lugares para fazerem suas necessidades fisiológicas. Praça da Avenida Almirante Barroso, pontos da Lapa, adjacências do Passeio Público, áreas próximas à Praça XV, Aeroporto Santos Dumont, entorno da Estação Central do Brasil, Praça Tiradentes e Praça da República são alguns desses lugares. Aqui, destacamos os maiores pontos de concentração, porém, a população de rua não se concentra somente nesses lugares, mas permeia por entre eles.

Assim, o primeiro enfoque do trabalho se consolida permitindo entender a dinâmica de vida desse segmento, bem como as formas de sobrevivência, de trabalho, de abrigo e lança base teórica para o desenvolvimento da etapa seguinte.

PONTOS DE CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA

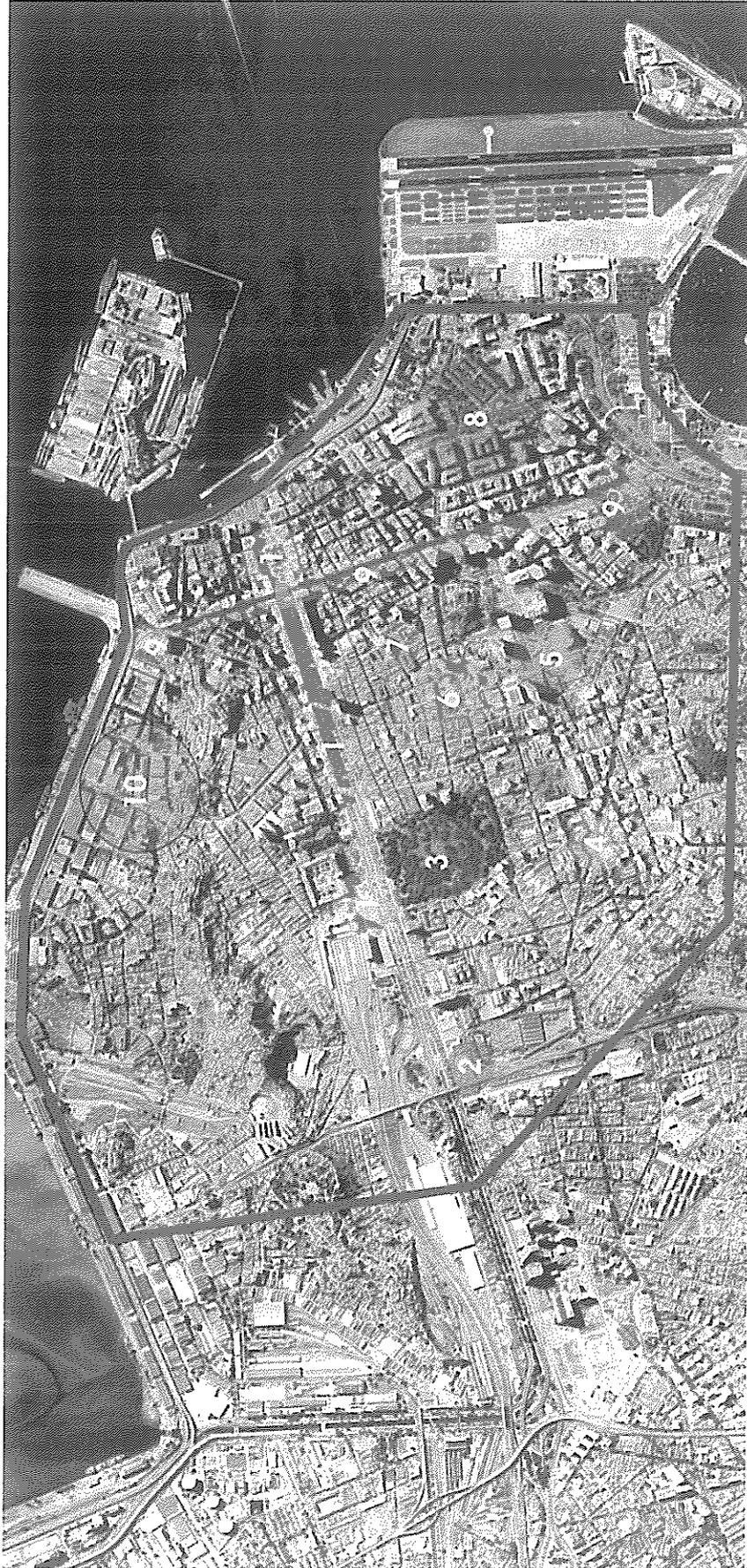


FIGURA 1

- 1 ● AV. PRES. VARGAS (Central/Candelária)
  - 2 ● PRAÇA ONZE
  - 3 ● PRAÇA DA REPÚBLICA
  - 4 ● PRAÇA DA CRUZ VERMELHA
  - 5 ● AV. CHILE
  - 6 ● PRAÇA TIRADENTES
  - 7 ● LARGO SÃO FRANCISCO
  - 8 ● CASTELO
  - 9 ● AV. RIO BRANCO (Pça. Mauá/passeio)
  - 10 ● ZONA PORTUÁRIA
- POLÍGONO DE ESTUDO



## Capítulo 2

### **As políticas urbanas de ordenamento do espaço público nas cidades globais. O Caso do Rio de Janeiro.**

Rio de Janeiro sempre foi a cidade ícone do Brasil. Conserva até os dias atuais o título de capital cultural do País. Isso explica os inúmeros esforços dos governantes para inseri-la na rede de “cidades mundiais”, reativar sua economia decadente e alçar uma dimensão internacional, ou seja, vender sua sempre imagem de “cidade maravilhosa”.

As políticas urbanas globais revelam sua importância na competição, entre cidades de diversos lugares do mundo, por atração de investimentos que permitem realizar uma gama de ações de valorização e produção do espaço simbólico, criando uma identidade própria dos indivíduos pertencentes ao mundo globalizado (Egler, 2005). Esse fenômeno contemporâneo global fica claro na cidade do Rio de Janeiro na tentativa de sediar os jogos olímpicos em 2004, na concepção de projetos de revitalização da Zona Portuária, mostras internacionais de dança e cinema e mais recentemente, a vitória sobre a cidade de São Paulo para sediar os Jogos Panamericanos em 2007.

A nova política global transforma o espaço local criando fragmentos de cidade (Egler, 2005). Ainda segundo Tamara Egler, “as políticas no Brasil estão cada vez mais associadas à produção de intervenções localizadas, no sentido de conectar fragmentos de nossas cidades ao espaço global”. Assim pode-se dizer que os resultados práticos dessas políticas estão ligados aos interesses das elites globalizadas e desconsideram as comunidades do lugar, que possuem relações sociais próprias. Os novos fragmentos de cidade estão unidos e conectados por redes tecnológicas e de informação.

Fica claro que as políticas urbanas no processo de globalização são fragmentadas. As intervenções urbanas são pontuais e atendem aos interesses das elites globais, transformando os lugares e desrespeitando a vida cotidiana local.

Em “Políticas Urbanas para o Espaço Global”, trabalho que serve de base para as reflexões teóricas, Egler diz que as políticas do Estado valorizam a produção de um espaço simbólico como resultado da produção de um espaço construído que define uma estrutura social de inclusão e exclusão. O processo favorece os indivíduos pertencentes ao mundo globalizado e exclui os habitantes locais.

Define ainda que os processos de intervenção constroem um espaço simbólico que atende as funções e práticas de prestígio das elites globais. Transforma o espaço local em espaço global. Egler conclui que as atividades de globalização ligadas à intervenção no espaço construído são efêmeras e definitivamente temporais, e o ônus desse investimento recai sobre a parcela da população local que não pode usufruir desse investimento.

Recentemente, o Rio de Janeiro entrou na briga com outras cidades brasileiras para sediar uma sucursal do Museu Guggenheim, como elemento fundamental do programa de revitalização da Zona Portuária. O Museu, mais do que uma oportunidade atrativa cultural e econômica para a cidade, é um ícone que representa um conjunto de símbolos correspondentes a uma cultura dominante opostora à cultura local. Os sujeitos dessa política são os próprios turistas e elites que migram de “fragmentos em fragmentos de cidade” em todo o mundo em busca de lazer, prazer e novos conhecimentos.

Somam-se a esse contexto as ações do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Basicamente, o Plano Estratégico propiciaria maior flexibilidade no trato das questões que levam ao desenvolvimento urbano e crescimento econômico, diferente

dos instrumentos tradicionais (Júnior, 2004). A primeira versão do Plano “Rio sempre Rio” (1993-1997) sofreu influência Catalã na sua concepção. Adotou uma estratégia de competição com as demais cidades mundiais, voltando o seu foco para o mundo e não para si mesma. A versão posterior chamada “As cidades da Cidade” (2001) dividi a cidade em 12 regiões/áreas. Cada uma possui uma especificidade/especialidade onde o Plano procura explorar as potencialidades e requalificar cada uma dessas 12 regiões. Todas as duas versões, em suas diretrizes, não fazem avaliação do impacto das ações. Há que se pensar quem se beneficia desse instrumento e qual o resultado das ações que para o morador da cidade, em especial os moradores de rua.

Sendo assim, fica claro o modo como o poder executivo municipal pensa e planeja a cidade, evidenciada por ações “globalizantes” descritas acima. As ações desencontradas não permitem pensar e planejar a cidade como um organismo vivo onde cada órgão e sistemas são fundamentais para sua sobrevivência. Uma vez que o capital internacional financeiro e humano passa a ser prioridades na pauta de ações no espaço público, qualquer agente local que não contribua para a construção da imagem da cidade deve ser estirpado.

Essa postura é refletida nas ações da sociedade civil que criam artifícios para manter longe de suas calçadas os moradores de rua. Podemos chamar de “Arquitetura anti-mendigos” os refletores e grades cercando as entradas dos prédios e, mais recentemente, instalação de “chuveirinhos” nas marquises dos prédios da Zona Sul, especialmente em Copacabana. Ligadas à rede de água, o chuveirinho molha as calçadas no início da noite impedindo a permanência dos moradores de rua.

## 2.1 CONTROLE E ORDEM URBANA

Uma das marcas do Governo Municipal é o discurso de ordem e progresso. Os programas de requalificação e disciplinamento urbano estão na pauta de ações do poder municipal a pelo menos dez anos. Alguns programas urbanísticos e habitacionais, como o Programa Favela-Bairro e Programa Rio Cidade são ações que intervêm no espaço público e redesenham a imagem construída da cidade.

O Programa Rio Cidade, criado pela Prefeitura do Rio em 1993, atua nas vias de maior importância dos bairros, onde há maior incremento comercial e circulação de veículos e pedestres, valorizando e modernizando as áreas centrais dos bairros, promovendo o disciplinamento e buscando trazer uma nova leitura urbanística para o local.

O programa fez uma verdadeira limpeza nas ruas e calçadas nos vários pontos de intervenção pela cidade. Tirou os vendedores ambulantes das calçadas, questão conflitante entre os comerciantes. Ordenou o uso e ocupação do solo nesses trechos, instalou novos mobiliários urbanos e sinalização de trânsito. Vale ressaltar aqui o discurso de ordem impresso nesse tipo de programa: a “limpeza das ruas”, a ordem e o controle do espaço público. Em alguns bairros como Campo Grande, por exemplo, houve críticas quanto à leitura histórica feita do lugar. Os moradores não se identificaram com as intervenções feitas, pois está não revelava o imaginário dos moradores.

A desarticulação entre as diversas autoridades públicas no que diz respeito à população de rua poder ser evidenciada num incidente bastante comum na cidade. Oficialmente denominada de “Operação de Controle Urbano”, mais conhecida como “cata-tralha”, a Guarda Municipal que conta com o apoio da Polícia Militar e a Comlurb, recolhe nos caminhões os pertences da população de rua. A ação tem por

objetivo limpar as calçadas da cidade demonstrando uma medida violenta e pouco inteligente. Nessas operações, são recolhidos os documentos, cobertores, remédios e até os instrumentos de trabalho, como por exemplos os carrinhos usados para o recolhimento de papelão.

Em reunião com a coordenadora do projeto Meio Fio da Ong Médicos Sem Fronteiras, a francesa Zhora Abaakouk diz que há um desrespeito com os moradores em situação de rua por parte da prefeitura que realiza a operação “cata-tralha”. Segundo depoimento de Zhora em informativo semestral dos médicos sem fronteiras (1º sem. 2001): *“A operação cata-tralha, que se propõe a limpar as calçadas da cidade recolhendo os pertences da população que vive nas ruas, é uma medida imediatista, superficial e desarticulada, que não prevê as conseqüências que pode trazer não só para as pessoas que vivem nas ruas da cidade, direta e imediatamente afetadas pelas ações, mas também pelo próprio governo”*<sup>4</sup>. Os médicos sem fronteiras, em conjunto com entidades civis, Ongs, órgãos governamentais e representantes da população de rua estão desenvolvendo um plano para criação de um centro referencial para atendimento a essa população.

Abaixo, declaração de um morador de rua do Centro que foi vítima dessa ação:

*“Muitas das vezes a gente chega a debater com os guardas municipais, o rapa da noite. Às vezes, mesmo a gente catando papel, eles estão vendo a nossa dificuldade, mesmo a gente trabalhando, eles chegam, encostam o caminhão, pegam as coisas e a gente não pode falar nada. A gente tem que perder aquele papelão calado. Às vezes, eles cismam de pegar até o carrinho, quebram o carrinho todinho, jogam em cima do caminhão e levam. Eu já perdi mais de dez carrinhos pra eles. Se a gente falar alto, eles dão uma paulada na gente. Ata ameaçam dar tiro. É uma coisa que eu acho que não deveria acontecer, porque é o nosso pão do dia-a-dia. Pelo menos é uma coisa que a gente está correndo atrás. A gente não rouba não”*<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida em abril de 2004 na sede da Organização no Centro do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Depoimento colhido nas ruas do Centro por ocasião do lançamento da exposição fotográfica Sua Rua, Minha Vida. MSF. Rio de Janeiro, 2004. Depoimento anônimo.

ORDENAMENTO ESPACIAL – PROGRAMA RIO CIDADE (1996)

FOTO 9  
CAMPO GRANDE (antes)

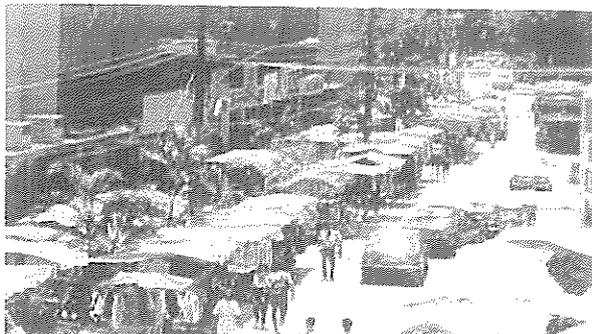


FOTO 10  
CAMPO GRANDE (depois)



FOTO 11  
COPACABANA



FOTO 12  
CATETE



## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO MUNICIPAL

Dentro da esfera do governo municipal, as políticas públicas de atendimento à população de rua da cidade são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social. O Fundo Rio é uma autarquia ligada à SMAS que trabalha exclusivamente com a população em situação de rua, coordenando a Rede Acolhedora e contando com o envolvimento articulado de todos os setores e Secretarias da Prefeitura que oferecem serviços para este público alvo. Assim, a Prefeitura desenvolveu o Sistema Carioca de Atendimento à População de Rua – Rede Rua.

A Secretaria Municipal de Assistência Social é subdividida em CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), onde cada equipamento urbano, ligado à Rede Rua, está vinculado. Os CEMASIs, Centro Municipal de Assistência Social Integrada, são equipamentos urbanos responsáveis por abrigar a população de rua.

A política de atendimento à população de rua fomentada pela prefeitura tem início no trabalho da Rede Acolhedora, onde uma equipe treinada aborda as pessoas e os convencem ou estimulam a serem encaminhados para Centrais de Recepção disponíveis para cada perfil.

A Prefeitura do Rio dispõe de inúmeros equipamentos públicos para atendimento e abrigamento da população em situação de rua, sejam famílias, adultos, idosos, crianças e/ou adolescentes. Dentre as modalidades de abrigamento estão as Centrais de Recepção, Centros de Acolhimento, Casas de Acolhida, Casas Lares, Repúblicas de Jovens e Hotéis Acolhedores, entre outros num total de 38 equipamentos. Cada um desses estabelecimentos é voltado para um público alvo específico.

Todos os equipamentos possuem uma equipe própria de educadores, psicólogos e assistentes sociais, responsáveis pelo acompanhamento do abrigado e dos encaminhamentos necessários, levantados e viabilizados de acordo com as demandas de cada um. Todo o trabalho realizado objetiva a conquista da autonomia e da inclusão social das pessoas abrigadas, para que elas não precisem mais da tutela do governo.

A apresentação da política pública de atendimento à população de rua permite concluir que a rede de assistência municipal supera os serviços oferecidos pelo governo do Estado. O total de vagas nos equipamentos é superior aos equipamentos do estado. No entanto, o número de vagas ainda é ineficiente, visto pelo grande concentração de moradores de rua na região central.

O maior estabelecimento de assistência do município voltado para o morador de rua, o Centro de Acolhimento Plínio Marcos, atende homens adultos num total de 110 vagas. Sua instalação é num lugar improvisado (construído embaixo de um viaduto, ao lado da estação do metrô de São Cristóvão), insalubre e estigmatizado por se localizar justamente sob um viaduto. Das 110 vagas, 100 são distribuídas em beliches num dormitório de aproximadamente 100 m<sup>2</sup> e 10 espalhados em colchonetes pelo corredor principal. O almoxarifado também serve para estocar alimentos. O albergue é utilizado somente para pernoite. A lavanderia não possui ventilação adequada e as roupas de cama e dos internos são secados nas cabeceiras das camas por lá não existir local adequado para secagem. Esse equipamento não possui qualquer espécie de programa profissionalizante. Assim, destaco o funcionamento deste equipamento por ser o maior da Rede Rua e o recomendado pelos técnicos da SMAS da CRAS 1 – Centro, para estudo de caso.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO DO ESTADO

A Secretaria de Estado de Ação Social, através da Fundação Leão XIII, possui programas de atendimento à população de rua da cidade. Dentre eles, destacam-se o acolhimento para os quatro abrigos distribuídos nos bairros do Rio de Janeiro e Niterói, o Programa Hotel Popular e o Programa Reconstruindo Cidadania.

Semelhante aos programas oferecidos pela prefeitura do Rio, o acolhimento da população nas ruas feito por grupos de abordagem que os encaminham para um centro de triagem, onde são higienizadas, alimentadas, recebem atendimento médico e são encaminhados aos abrigos que atendem suas necessidades. O abrigo que recebe homens em idade produtiva, objeto do estudo, fica no bairro de Itaipu, em Niterói, cidade vizinha ao Rio. Já se sabe que o Centro da cidade do Rio de Janeiro abriga 33,5% da população de rua da Região Metropolitana e que oferta de trabalho nessa área é grande. Dessa forma, o abrigo oferecido pelo Governo do Estado poderia tirar partido dessa potencialidade da área central da cidade, otimizando a localização desse equipamento, introduzindo no mercado de trabalho essa parcela abrigada em local distante.

Outro programa, o Hotel Popular, que funciona nas dependências do prédio da Estação Central do Brasil, atualmente oferece vagas de pernoite para trabalhadores ao custo de R\$ 1 oferecendo 138 vagas, sendo 110 para homens e 28 para mulheres. O programa foi uma iniciativa muito pertinente e pioneira no Brasil lançada em 2002 para atender uma parcela da classe trabalhadora que moram em áreas distantes ao Centro da cidade e não possuem o dinheiro suficiente para o retorno à suas casas. Durante o dia, o prédio serve como escola oferecendo curso técnico de hotelaria.

O programa de oferta de vagas em hotéis populares ou abrigos de pernoite minimiza o problema do abrigamento de uma parcela da classe trabalhadora que mora nas ruas. Configura-se como uma alternativa pouco abrangente. Logo, se torna tão ineficaz quando comparamos as vagas disponibilizadas com alto número de pessoas morando nas ruas.

O Programa Reconstruindo Cidadania dentre todos oferecidos pelo Governo do Estado, apresenta uma proposta preocupada com a formação psico-social e profissional do morador de rua, onde o procedimento vai desde o acolhimento, a inserção na família, o resgate da cidadania e o esforço para reinseri-los no mercado de trabalho. Por um período médio de até seis meses, recebem noções de higiene, atendimento médico, psicológico e odontológico, além de freqüentarem cursos de capacitação profissional, de alfabetização e o supletivo de ensino fundamental e médio. Depois de capacitados são encaminhados para o mercado de trabalho e se desligam do programa, aptos a morarem sozinhos. O centro oferece 400 vagas para homens, mulheres e famílias.

#### 2.4 BELO HORIZONTE - O EXEMPLO DA ASMARE

ASMARE, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, existe desde 1988, como um pequeno grupo de moradores de rua, se tornando uma associação oficial de catadores de lixo e moradores de rua em 1990. Localizada em Belo Horizonte ela recicla aproximadamente 500 toneladas de lixo por mês.

A associação foi criada com o objetivo de dar meios mais dignos de sobrevivência aos catadores de lixo que estavam sujeitos à política governamental chamada "limpeza das ruas". A relação entre o poder local e a associação começou

a mudar a partir de 1993 quando o Partido dos Trabalhadores, na pessoa de Patrus Ananias, assume governo municipal. Uma vez organizados, a associação pleiteou junto ao governo um galpão para acomodar os catadores do Centro de Belo Horizonte.

Os caminhões da prefeitura entregam e coletam material de ASMARE que não recebe a borracha e o vidro, materiais que não são processados, No total, a ASMARE possui dois centros de separação de lixo e instalações para seminários e cursos.

A ASMARE possui um convênio com a Secretaria de Assistência Social, através do qual oferece cursos sobre material reciclado e sobre o uso de material reciclado na criação de diversos objetos, de roupas a instrumentos (Foto 14). Os facilitadores dos cursos são ex-moradores de rua que passaram a ter um emprego fixo e fonte de renda na ASMARE (Foto 13).

FOTO 13

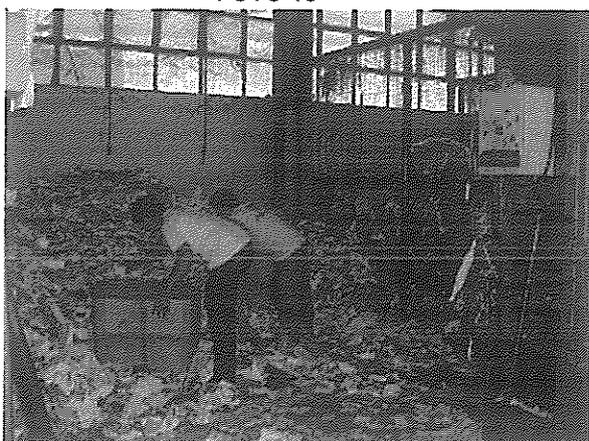
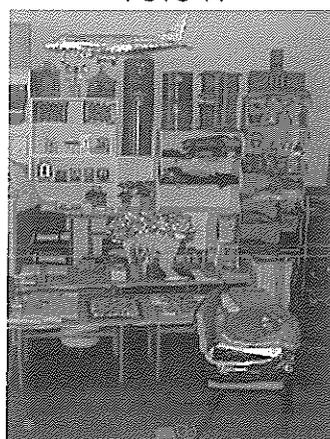


FOTO 14



Todo o trabalho é feito pelos catadores. A ASMARE fornece suporte a outros municípios na concepção de cooperativas similares. No momento, eles estão envolvidos com outras 22 municipalidades no estado de Minas Gerais, aconselhando sobre organização social e sobre reciclagem. Eles promovem a teoria que para projetos similares funcionarem, faz-se necessário a participação do governo local, dos catadores e da sociedade civil.

Hoje a ASMARE tem cerca de 380 associados e beneficia, indiretamente, mais de 1500 pessoas. Além dos trabalhos de coleta realizados pelos catadores, a associação desenvolve um trabalho de parceria junto a empresas, escolas, condomínios, órgãos públicos, entre outros, para a coleta de recicláveis. O material reciclado produzido pelos parceiros é doado à associação que, deste modo, pode gerar e sustentar postos de trabalho para catadores e ex-moradores de rua. A organização da produção é acompanhada pelo processo de resgate da auto-estima e da cidadania de uma população historicamente excluída.

## 2.5 SÃO PAULO – O EXEMPLO DE BORACÉIA

Situado no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo, e inaugurado em 26 de junho de 2003, o Boracéia tem por objetivo principal acolher a população de rua, principalmente catadores de papel e materiais recicláveis. A diferença deste equipamento está no espaço destinado aos carrinheiros para deixarem as carroças e um canil para os cachorros que os acompanham. Além disso, é um centro profissionalizante onde diversas oficinas são oferecidas nas próprias instalações do projeto. É uma iniciativa pioneira que disponibiliza, no mesmo local, abrigo e possibilidade de inclusão social. Apesar de primordialmente dedicado à população em situação de rua, o espaço também pode ser freqüentado pela comunidade.

O Projeto Oficina Boracéia é uma resposta à demanda de 20% da população de moradores de rua da cidade: os carrinheiros (Foto15). Possui garagem para as carroças, canil, um restaurante com capacidade para servir 2 mil refeições diárias e espaço adequado para o catador vender a mercadoria sem intermediários. Além disso, há 500 leitos individuais e espaços reservados para famílias (Foto 16).

O Boracéia é um projeto modelo que conta com um conjunto de atividades oferecidas em parceria com outras secretarias municipais, organizações sociais, universidades, empresários, arquitetos, artistas plásticos, estudantes e profissionais em geral. O objetivo é desencadear a reconstrução da autonomia das pessoas, estimulando-lhes a independência a fim de possibilitar a reinserção na sociedade.

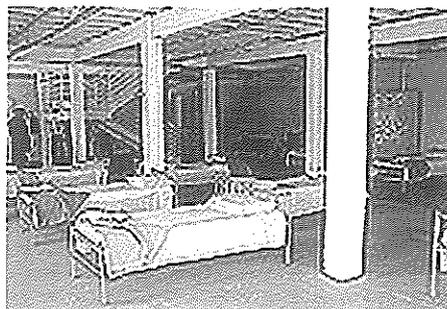
Todos os serviços do projeto são capacitadores e dão oportunidade de ocupação e geração de renda. A lavanderia industrial é usada ao mesmo tempo como oficina de trabalho e lava toda a roupa dos 33 Albergues e Casas de Abrigo da cidade. Além de acolher, o projeto atende as necessidades de higiene, alimentação, cuidados pessoais, descanso, lazer e promove estímulos para o indivíduo deixar de morar na rua. Para isso, são oferecidas vivências sócio-culturais que estimulam o exercício da solidariedade, da autonomia e da construção da cidadania, além de oficinas profissionalizantes com cursos de jardinagem, restauração de móveis, pedreiros, pintura, têxtil, construção civil (pequenos reparos), corte e costura e outros. Os programas e serviços oferecidos são coordenados pela Secretaria de Assistência Social em parceria com as secretarias de Saúde, Trabalho, Meio Ambiente, Serviços e Obras, Abastecimento, Esporte e Cultura.

O Boracéia ocupa 17 mil metros quadrados. O espaço foi pensado para que as pessoas se sintam acolhidas e vejam suas origens reproduzidas, como numa pequena cidade do interior. É um lugar de formação tanto profissional, quanto emocional e cultural.

FOTO 15



FOTO 16



Fica claro que a vontade política, somada aos esforços da sociedade civil e dos principais interessados, a população de rua trabalhadora, pode mudar ou atenuar o quadro da exclusão social de uma cidade. Um programa que explore a potencialidade de cada trabalhador de rua, que agregue valor ao lixo reciclável e trate cada indivíduo como um cidadão comum de uma sociedade é perfeitamente possível.

Os equipamentos urbanos destinados ao atendimento dessa parcela não pode vir desacompanhada de uma política de geração de trabalho e renda sólida. Os diversos setores da sociedade organizada podem pactuar essa ação. Soma-se a isso o desenvolvimento de uma política habitacional justa e abrangente, dotada de critérios de distribuição de moradia em áreas dotadas de infra-estrutura urbana e social, a saber, estabelecimentos de ensino, de saúde e lazer, e serviços de transporte coletivo acessível.

As políticas públicas para o espaço urbano, enquanto democráticas, devem ser orientadas para o desenvolvimento do bem estar coletivo. A cidade, com todos os seus serviços e atrativos, deve estar acessível a todos. A gestão democrática deve tirar partido das potencialidades locais atraindo investimentos à cidade que se reverta à melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Uma cidade justa e democrática, com distribuição justa de ônus e privilégios, deve ser o eixo de ações públicas nos diferentes níveis de governo que pensam e planejam as cidades do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) ABRAMO, Pedro. A Dinâmica do Mercado de Solo Informal em Favelas e a Mobilidade Residencial dos Pobres. Relatório de Pesquisa do convênio entre o Instituto Pereira Passos/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Março, 2003.
- 2) BAUMAN, Zigmunt. Comunidades. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002. p.7-25 e 49-69.
- 3) BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. RJ.: Bertrand, 1998. Capítulo VI.
- 4) EGLER, Tamara Tânia Cohen. Políticas Urbanas Globais para Espaços Locais, XVII in Economia, Sociedade e Território, nº.17, v. 5, janeiro-junho de 2005.
- 5) FLORA, Marilena Cabello di. Mendigos: Porque surgem, por onde circulam, como são tratados?. Petrópolis, 1987.
- 6) IBGE, 2005.
- 7) \_\_\_\_\_. Censo Demográfico, 2000.
- 8) LAGO, L.C. “Estruturação socioespacial na metrópole do Rio de Janeiro: reprodução ou alteração nas condições de (não) acesso ao urbano?” Trabalho apresentado no Internacional Seminar on Segregation in the City, Boston, julho 2001.
- 9) LIMA, Mário Hélio Trindade de. Cidade de papelão: mocós, cachangas e malocas no cotidiano dos moradores de rua. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.
- 10) MARTINS, Ana Lúcia Lucas Martins. Livres Acampamentos da Miséria. 1. ed. Rio de Janeiro: Série Terceira Margem, 1993.
- 11) MENEZES, Maia. Unidade metropolitana ficou no passado. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 08 mai. 2005. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br>>. Acessado em: 08 mai. 2005.
- 12) NEVES, Delma Pessanha. Mendigo: O trabalhador que não deu certo. Ciência Hoje. São Paulo, SBPC, n.4, 1983.
- 13) SCHMIDT, Selma. Chuveirinho vira arma para espantar mendigo, Rio de Janeiro, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br>>. Acessado em 5/06/2005.
- 14) SILVA FILHO, Dário de Souza. Feios, Sujos e Malvados: os “Sem Teto” e o Mundo do Trabalho na Rua. Artigo. UERJ, 1999.

- 15) SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Corrêa Lobato, et al (Org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- 16) JÚNIOR, Hécio Medeiros. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Uma Idéia, dois Processos. Trabalho apresentado na X Semana de Planejamento Urbano e Regional, 2004.

## ANEXOS

### ANEXO A – FOTOGRAFIAS

- As fotos de 1 a 3, 4 e 6 a 8 foram retiradas do encarte que continha as fotografias da exposição fotográfica “Sua Rua, Minha Vida”, promovida pela ONG Médicos Sem Fronteiras no Centro Cultural da Saúde. Rio de Janeiro, 2004.

- A foto 6 foi retirada da reportagem “No mundo da rua” da revista Isto É de novembro de 2002.

- De 9 a 12 - acervo próprio.

- 13 e 14 foram obtidas no site:

<[http://blogs.law.harvard.edu/lixo/discuss/msgReader\\$113?mode=topic](http://blogs.law.harvard.edu/lixo/discuss/msgReader$113?mode=topic)>

- 15 e 16 – acervo próprio.

### ANEXO B – SITES VISITADOS

- [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)

- [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br)

- [www.governo.rj.gov.br](http://www.governo.rj.gov.br)

- [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)

- [www.asmare.org.br](http://www.asmare.org.br)

- [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)